

O MOVIMENTO AMBIENTALISTA FRENTE ÀS RECONFIGURAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NO BRASIL (1985-2002)

*Bergson Moraes VIEIRA**

RESUMO: O presente trabalho insere-se em vertentes de estudos sobre o processo de afirmação dos movimentos sociais e busca compreender quais os caminhos que o movimento ambientalista tomou após a redemocratização, bem como o lugar que ocupa mais recentemente após a chegada do PT no âmbito nacional e estadual. Essa problemática nos insere numa reflexão sobre a relação entre conjuntura política e social e os efeitos sobre o funcionamento dos movimentos sociais. O trabalho analisou as questões acima identificadas a partir de dois movimentos ambientalistas existentes em Sergipe: Movimento Popular Ecológico (MOPEC) e da Associação Sergipana de Proteção Ambiental (ASPAM). Buscando apreender os ganhos obtidos pelas lideranças desses movimentos no decorrer do período considerado no texto. A metodologia utilizada partiu de entrevistas e questionários, através de um mapeamento prévio dos agentes envolvidos com o movimento ambientalista em Sergipe.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Ambientalismo. Dinâmica de ação. MOPEC. ASPAM.

Introdução

O trabalho ora exposto resulta da tentativa inicial durante o mestrado de investigar a existência ou não, de relação entre movimento ambientalista e a formação do Partido Verde (PV) seccional Sergipe no período imediatamente

* UFS – Universidade Federal de Sergipe. Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP). Bolsista CAPES. São Cristóvão – SE - Brasil. 49100-000 - bergsonvieira@hotmail.com.

posterior a abertura democrática no país (VIEIRA, 2013). Esse pressuposto foi deveras influenciado por parte da literatura que têm demonstrado casos de partidos políticos que nascem de sindicatos e mesmo movimentos sociais, caracterizando o que alguns autores chamariam de militâncias múltiplas (COMBES, 2009; SIMÉANT, 2003), e em especial pelos estudos de Santos (2008), que sinalizava para uma ligação estreita entre movimento ambientalista e formação do PV em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Apesar de esses textos sinalizarem para a inserção de militantes ambientalistas na institucionalização de Partidos Verdes Brasil afora, como foi o caso de ambientalistas famosos como Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e Carlos Minc, em Sergipe isso não passou de uma tentativa. Na medida em que foi se gestando a pesquisa observou-se pouca ou nenhuma relação entre ambos, o que gerou outros questionamentos (entende-se curiosidade investigativa) que naquele momento não puderam ser investigados com mais cuidado: Quais caminhos o movimento ambientalista tomou em Sergipe após a redemocratização? Quais os percursos que esses movimentos fizeram desde sua formação e qual a relação com as transformações políticas e sociais pelas quais o país e o Estado passaram desde então? Por fim, qual o lugar que os partidos políticos ocupam na vida de atores envolvidos no movimento ambientalista?

Essas questões mais gerais desembocaram numa problemática que discute a relação entre a conjuntura política e social e implicações no funcionamento de movimentos sociais. Para dar conta dessa problemática bem como das questões que ela evoca, o presente trabalho analisou as circunstâncias que conduziram à criação da Associação Sergipana de Proteção Ambiental (ASPAM) e do Movimento Popular Ecológico (MOPEC), e o lugar que as lideranças desses movimentos ocuparam ao longo dos anos que se seguiram até a entrada no PT no governo no plano federal e estadual no início dos anos 2000.

Os argumentos apresentados ao longo do texto objetivam evidenciar as reconfigurações¹ pelas quais passaram o movimento ambientalista no Estado no decorrer do período considerado no texto, e as vinculações dessas com às conjunturas políticas e sociais da época. Se nas décadas de 1980 e 1990 era possível chamar a relação entre movimentos, partidos políticos e agências públicas de cooptação, tal como defende pesquisadores como Dagnino (2004), o que se vê após a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder no início dos anos 2000 é o questionamento dessa tese, na medida em que os movimentos sociais passaram a atuar mais próximos

¹ Aqui utilizo o conceito de configuração de Elias (1994), e busco com isso enfatizar as ligações entre mudanças na ordem sistêmica (para usar um termo Parsoniano) e suas implicações no comportamento de pessoas e instituições.

ao Estado, sem necessariamente ter que romper com os princípios defendidos pelo movimento.

No intuito de contribuir com o debate em torno da questão ambiental e das vinculações com a atmosfera política e social, o presente artigo busca elucidar algumas das principais diferenciações quanto às práticas e dinâmicas de ação do movimento ambientalista e quais as implicações que o contexto político e social exerce sobre essas mesmas dinâmicas. Além disso, a escolha de um objeto empírico específico como o MOPEC e a ASPAM, dentro de uma realidade social diferente, pode trazer novas contribuições para o debate vigente. Isso porque, a maioria dos casos em que evocam reflexões mais gerais sobre o ambientalismo brasileiro tem sido feito à luz do regionalismo, em que se destacam aqueles Estados e regiões que tiveram certa preponderância política na consolidação do ativismo ambiental nacional, como é o caso de São Paulo e Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2014, p.29), e que tendem a pressupor que “[...] o que estava acontecendo nesses estados, ou estavam também acontecendo no demais, ou então explicava uma tendência do que deveria acontecer num futuro próximo”.

Com base nas orientações e nos objetivos apresentados, a hipótese da qual se vale o presente artigo é a de que, o contexto de abertura política e de redemocratização constituiu um marco de expansão do movimento ambientalista no Brasil, favorecendo diversos movimentos sociais no Estado, entre os quais o MOPEC e a ASPAM. E que posteriormente, do meio para o fim dos anos 1990 esses movimentos passaram por um período de recrudescimento, que foi solapado com a chegada do PT ao poder (estadual e federal) no início dos anos 2000, permitindo com que, tanto o movimento ambientalista quanto outros movimentos sociais passassem a atuar mais próximo ao aparato estatal por meio da ocupação de suas lideranças a postos nas administrações públicas e na burocracia estatal.

Dinâmica de ação do movimento ambientalista no Brasil e em Sergipe

Desde o final da década de 1960 surgem novos modelos de ação coletiva desvinculados das lutas pelo poder e contra o Estado (ALONSO, 2009). Esses movimentos demonstravam outras estratégias de mobilização atrelada à luta de cunho pacifista, direitos civis, estilos de vida, igualdade étnica e de gênero, e caracterizado por motivações racionais. De modo que o aumento quantitativo de movimentos sociais não atingiria todos os tipos de militância, mas apenas aqueles atrelados às causas globais, ligadas à militância moral e altruísta (PASSY, 1998).

O período militar vivido no Brasil nessa mesma época vinculado à ideia ufanista do “Brasil Grande”, com vistas a defender um modelo progressista de

construções faraônicas agredia o meio ambiente, não demorando para entrar na agenda de diversos grupos ambientalistas no país, caracterizando uma tensão entre democracia e a ecologia. Para Viola (1987), essa tensão refletiu direto no movimento ecologista através de clivagem existente no seu interior entre os fundamentalistas que enfatizavam a pureza do movimento, com tendências a bloquear o diálogo entre o movimento e sociedade, e os realistas mais preocupados com a extensão do movimento verde, a formação de um programa econômico de transição viável.

Apesar de não ter sido notado grandes mudanças de continuidade entre esse novo momento do ambientalismo e o momento anterior, a década de 1970 constituiu um marco importante do processo de configuração do ambientalismo no Brasil como uma esfera de politização de diferentes espaços (OLIVEIRA, 2008a; ANTUNIASI, 1989). Segundo Loureiro e Pacheco (1995) é nos anos 1970 que a questão ambiental emerge como uma questão política no Brasil, pois é a partir daí que ela passa a ser integrada na agenda dos problemas nacionais, e os problemas ambientais começam a ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública, mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar consciência ambiental no país.

O fato é que o movimento ambientalista permitia a articulação de consensos e alianças entre os atores, grupos de interesse e conflitos existentes dentro deste cenário de disputas (LOUREIRO; PACHECO, 1995; OLIVEIRA, 2008a; NASCIMENTO, 2012). Dito de outro modo, o movimento ambientalista estabelecia uma dinâmica de ação pouco agressiva ao Estado autoritário e esse caráter pouco ofensivo permitiu ao movimento uma maior articulação com o Estado. Ainda segundo Jacobi (2003), essas iniciativas, antes de significar um comprometimento efetivo do governo brasileiro com a luta para a proteção ambiental, serviram como uma tentativa de atenuar a imagem negativa que o governo deixou no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo.

Com relação ao posicionamento do movimento ambientalista, é apenas em meados de 1980 que estes passam a entender a importância de se relacionarem com outros movimentos sociais. A explosão desses movimentos e a onda de mobilização no Brasil nesse período estavam relacionadas ao declínio da capacidade do Estado em coibir protestos. E a efervescência de diversos movimentos sociais permitiu uma nova relação destes com agências públicas e partidos políticos. Nas palavras de Dagnino (2004, p.83), “[...] cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro”. Iniciando um processo que foi muitas vezes chamado de cooptação, articulando uma nova forma de “[...] participação que leva esses movimentos a se relacionarem mais diretamente com as agências públicas”.

Com efeito, o que se presenciou entre o final dos anos 1980 e períodos posteriores foi um súbito aumento no potencial de retribuição da participação nas causas de defesa do meio ambiente. Segundo Oliveira (2014, p.50), isso se deu porque “[...] esse tipo de engajamento passou a ser associado à ocupação de postos nas administrações públicas e na burocracia estatal, nos partidos políticos, nos meios acadêmicos e universitários, em organizações e grupos profissionais e em empresas de consultoria entre outras”.

Em relação à lógica da questão ambiental em Sergipe destaca-se a baixa concentração de manifestações e movimentos em defesa da causa ambiental. A esse respeito, Felizola (2012), apresenta algumas tipologias do movimento ambientalista em Sergipe. Para o autor há uma profunda relação entre o ambientalismo das ONGs, o ambientalismo governamental e o ambientalismo empresarial, demonstrando que esse movimento funciona com grande influência dos pactos políticos e agências públicas. Somados a essa influência marcante há também uma presença do que o autor chama de “ambientalismo científico” utilizado com mais força na criação de projetos de ONGs ambientais no Estado.

Felizola (2012), destaca um traço comum ao movimento ambientalista estadual: eram movimentos esporádicos, só se reuniam para reivindicar questões pontuais, tendo sucesso ou não nessas reivindicações o movimento se dissipava, voltando a se reunir apenas quando surgissem outras demandas. Ainda segundo o autor, isso ocorre porque o ambientalismo sergipano, enquanto sujeito social dos novos movimentos sociais, “[...] acaba sendo extremamente complexo e perpassa pela luta por espaços de cidadania, relacionados com o processo econômico e da tomada do poder político” (FELIZOLA, 2012, p.174), levando os agentes ambientalistas (ligados à ONGs, movimentos sociais, grupos de interesse) a atuar em diversos cosmos de luta, partindo para discussões de etnia, ambiente, gênero, renda e, posteriormente, outros temas, não focando apenas o movimento ambiental como a sua luta.

Transformações políticas e sociais e funcionamento do movimento ambientalista em Sergipe a partir do caso da ASPAM e do MOPEC

A primeira forma institucionalizada de defesa do meio ambiente em Sergipe inicia-se em 1978, com a criação da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA). Esse órgão detém a responsabilidade de operacionalizar, junto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a política governamental relativa ao meio ambiente, com melhoria da qualidade ambiental pelo gerenciamento dos recursos naturais do Estado de Sergipe e combate à poluição de qualquer natureza.

Segundo Nascimento (2012), o surgimento da ADEMA como instituição criada sob a influência das discussões e deliberações do primeiro evento mundial sobre o meio ambiente, a Conferência de Estocolmo, também se assemelha ao processo de criação de organismos responsáveis pela formulação e implementação de políticas de meio ambiente em diversos países. A partir de 1991, a ADEMA passou a integrar a Secretaria da Indústria, do Comércio e da Ciência e Tecnologia. Em 1995 vinculou-se à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), permanecendo assim até 1998, quando a SEMA foi extinta pelo mesmo governo que a criou, ato ratificado pela Lei nº. 4.063, de 30 de dezembro de 1998.

Antes disso, em 08 de agosto de 1967 foi fundada a Associação Sergipana de Proteção Ambiental (ASPAM), a primeira ONG estritamente ambientalista de Sergipe (extinta em 2002). Seu fundador, Genival Nunes, possui formação acadêmica em biologia e psicologia (que também dirigiu a ADEMA e a SEMARH). Em outubro de 2010, no mandato do então governador Marcelo Deda (PT) e, parte do mandato de seu vice, assumiu a presidência da Secretaria do Meio Ambiente, permanecendo até fevereiro de 2014. A indicação de Genival Nunes para um posto de comando na Secretaria do Meio Ambiente esta relacionada, em alguma medida, a chegada do PT ao poder anos atrás, tanto na esfera nacional quanto na estadual.

Evidentemente, esse quadro de oportunidades que surgem para lideranças de movimentos sociais não ocorre apenas em Sergipe, em outros Estados foi possível observar dinâmicas semelhantes (OLIVEIRA, 2005; 2008a; 2008b). Com a chegada do PT ao poder no plano federal passa a existir uma nova de relação entre movimento e Estado, que implica na possibilidade de passarmos a refutar a própria noção de cooptação – tão presente nas análises sobre movimentos sociais em períodos anteriores –, tendo em vista que esta noção sugere uma desvirtuação dos princípios associativos e militantes, o que contrasta, em alguma medida, com a situação em tela, pois o que pode ser visto não parece uma ruptura, mas parte de um processo de mudanças das conjunturas do mercado político após a chegada do PT ao poder e a importância que o capital político e militante² passa a ter frente essa nova conjuntura. Isso é evidenciado na ocasião da posse de Genival Nunes para a Secretaria de Meio Ambiente, em que o então governador Marcelo Deda faz questão de evidenciar a importância do capital militante para a ocupação de um cargo de destaque na secretaria.

² Como Pechú (2007), entendemos que há uma diferenciação entre “campo militante” e “campo político”. Se por um lado teríamos o capital político adquirido por meio de militância estudantil ou partidária e, no paralelo oposto, o capital militante adquirido em experiências menos formais como o envolvimento com militâncias múltiplas (seja sindical, de gênero, sexual, negros entre outras), por exemplo.

Como deputado constituinte, em 1989, o projeto que fizemos na área ambiental foi desenvolvido por Genival, que era meu assessor na época. No nosso governo, ele assumiu a ADEMA e fez uma revolução. Agora, Genival sai da ADEMA e assume a Secretaria do Meio Ambiente sem choque. Não tenho dúvidas que dará continuidade à política da pasta com muita competência e conhecimento de causa [...] desde os anos 80, quando o meio ambiente não estava na moda, “Geni” já estava na luta em defesa do meio ambiente mobilizando a sociedade e militando em defesa da preservação ambiental. (SERGIPE, 2010).

Duas questões perpassam o discurso acima, a primeira tem a ver com um tipo de reconhecimento dos saberes adquiridos na passagem por instituições militantes tal como defendido em alguns trabalhos (FRETEL, 2011). No caso de Genival Nunes sua militância em períodos anteriores acabou se constituindo como um importante recurso no que se refere a sua indicação à direção da secretaria. A segunda questão diz respeito a circulação das lideranças militantes em diferentes redes e a notoriedade que isso lhes confere, o que nos coloca frente a toda uma literatura que trata das retribuições (materiais e simbólicas) do militantismo. Sobre isso, Gaxie (1977) argumenta que, tanto as contribuições quanto suas recompensas/retribuições são resultado da relação entre as propriedades sociais e os recursos da instituição à qual estão vinculados.

Portanto, para entender a chegada de Genival Nunes a Secretaria do Meio Ambiente teríamos que considerar diferentes variáveis, à exemplo das transformações políticas vinculadas à chegada do PT ao governo federal e estadual, transformações sociais em que os movimentos sociais passariam a ocupar um lugar de relativo destaque nesse cenário, a trajetória individual desse agente com reconhecimento dentro do Estado de ser um bom ambientalista, e por fim a trajetória institucional da ADEMA, instituição esta de grande importância no cenário estadual e regional e que este autor esteve à frente por muito tempo.

Ainda sobre a chegada de um ambientalista histórico na presidência da Secretaria de Meio Ambiente, é possível dizer que houve significativas mudanças institucionais, em que passou haver uma considerável reestruturação, passando delimitar o que competia a cada instância da secretaria, organizou o licenciamento ambiental, tendo, de fato, uma atuação durante praticamente todo o período em que o PT esteve no poder no Estado. Fato destacado em entrevista com o ambientalista Lisaldo Vieira: “[...] quando Genival Nunes assumiu a secretaria de Meio Ambiente tive certeza de que ele estava no lugar certo, ele é um conhecedor da causa ambiental, e faz muita coisa em benefício do meio ambiente, as vezes até contrariando o governo”³, opinião que parece consensual entre os ambientalistas no Estado.

³ Entrevista realizada entre o pesquisador e senhor Lisaldo Vieira em novembro de 2012.

Outro importante movimento ambientalista estadual foi o MOPEC, sua criação teve forte influência do Primeiro Encontro de Agentes de Projetos II, da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) realizado no período de 18 a 22 de setembro de 1989, em Salvador (BA), cujo tema principal foi a questão do meio ambiente e sua relação com a sociedade civil brasileira. Estiveram presentes no encontro mencionado 2 (dois) representantes do movimento, que suscitaram no Estado essas mesmas discussões sobre lutas populares e o problema ecológico, assim formou-se uma articulação de pessoas interessadas neste tema durante todo o final de 1989 e início de 1990, até que foi organizada a proposta de realização do 1º Seminário sobre o mesmo tema do encontro da CESE: Meio Ambiente e Organização Popular, dentro da Realidade de Sergipe. Apesar de ter realizado ações populares no final da década de 1980, sua criação oficial foi somente em 1991, esse movimento se configuraria como o primeiro movimento popular ambiental do Estado.

O MOPEC foi criado a partir da vinculação entre grupos que participaram do Primeiro Encontro de Agentes de Projetos II, da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e de líderes comunitários. Nas palavras de Lisaldo Vieira, um dos fundadores do MOPEC, “[...] após essa reunião, surgiu uma coordenação que foi composta principalmente por lideranças de comunidades de bairros, destacando-se representantes dos bairros São Conrado, Bairro América, Coroa do Meio, Augusto Franco, entre outros”⁴. Essa presença de lideranças comunitárias no movimento deveu-se à própria proposta de inter-relacionar a questão social com a defesa do meio ambiente que foi estabelecida como princípio básico do MOPEC.

Lisaldo Vieira destaca algumas situações em que o movimento atuou como importante ator na reivindicação de causas ambientais, cita o exemplo da luta pelo fechamento da fábrica de cimento Portland, feito em parceria entre a Associação de Moradores e Amigos do Bairro América (AMABA) e a Paróquia São Judas Tadeu. Além desse trabalho, destaca a atuação do movimento bairro São Conrado, em escolas e comunidades com problemas de ordem sócio-ambientais, começou a partir da articulação de um grupo de ambientalistas do local, denominado SOS - São Conrado, que já desenvolvia uma luta ambientalista desde o início do ano de 1990, contra a poluição atmosférica oriunda de uma lagoa de estabilização existente no Distrito Industrial de Aracaju (DIA), localizada nas imediações do bairro. Além disso, havia também um transbordamento dos resíduos da referida lagoa que poluiu grande extensão de mangues e do Rio Poxim, que serve a inúmeras famílias de pescadores da área. Somado à poluição, havia uma acelerada destruição dos manguezais na área por aterros, desmate, poluição e até por lixeiras. A especulação imobiliária presente

⁴ Entrevista realizada entre o pesquisador e senhor Lisaldo Vieira em novembro de 2012.

no bairro também era motivo de denúncias, na medida em que as casas e prédios eram construídos em áreas de manguezais. Por essa razão, o setor da construção civil se tornaria um dos maiores desafetos do movimento, o que certamente prejudicava uma relação com o poder público, tendo em vista que algumas das principais empresas de construção civil estavam (e ainda estão) nas mãos de políticos locais.

Felizola e Costa (2012b, p.327) apontam que “[...] os principais projetos desenvolvidos pelo MOPEC foram a Defesa da Serra de Itabaiana, Manifestações contra a Orla de Atalaia, Manifestação contra a rodovia do Coco, Manifestação contra a destruição do mangue da Treze de Julho – Aracaju”. Ainda para esses autores, no período da década de 1990 era possível vislumbrar dois tipos de ONGs ambientalistas em Sergipe, “[...] de um lado se teria as ONGs que atuavam diretamente em movimentos populares, associações comunitárias, como é o caso da AMABA em Sergipe, de outro lado seria possível identificar as ONGs que buscavam criar uma identidade própria e buscar uma nova área de atuação” (FELIZOLA; COSTA, 2012b, p.327), dentro dessas duas tipologias apresentadas pelos autores citados é possível dizer que o MOPEC se insere mais no segundo caso.

O fato é que a década de 1990 foi marcada pela intensificação de movimentos sociais e de ONGs voltadas para a defesa do meio ambiente no Estado, algumas focadas em uma prática mais denunciativa, como foi o caso da Água é Vida, fundada em 1998 em Estância, litoral Sul sergipano. E outras ONGs mais técnicas e menos corajosas como a Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes (Sociedade Semear), fundada em 2001 em Aracaju (ver Quadro 3). É possível dizer que essa intensificação estava mais relacionada ao desencadeamento das políticas neoliberais observadas naquele período no país (GOHN, 2003), bem como o deslocamento do eixo Sul e Sudeste de grupos preocupados com as questões ambientais, do que um maior investimento Estado no setor ambientalismo.

A principal liderança do MOPEC, desde a fundação até os dias atuais, é Lisaldo Vieira, funcionário público federal e exerce suas atividades laborais na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tem 58 anos e nas últimas duas décadas e meia está engajado em movimentos sociais de cunho ambientalista. Lisaldo Vieira possui ensino médio, segundo o mesmo, sua gestão buscou dar um caráter menos acadêmico e mais ostensivo para o movimento, na interpretação dele isso foi conseguido através de passeatas, palestras em escolas locais, participação em debates públicos na câmara de vereadores dentre outras manifestações públicas. Essa característica faz com que o MOPEC se tornasse um movimento peculiar, na medida em que ao contrário do que é reforçado por parte da literatura corrente, que dá um peso relativamente grande da *expertise*⁵ para o recrutamento e seleção de lideranças ambientalistas (OLLITRAULT, 1996; GALLET, 2002; OLIVEIRA, 2008b), no caso

⁵ Essas características resultaram no que Oliveira (2005; 2008b) identificou como constituição de uma categoria social que tem como um dos traços expressivo capital cultural, escolar, profissional e social:

do MOPEC esse fator não parece ter muita importância. Há, com efeito, um relativo peso nesse processo de seleção de lideranças o tempo de dedicação nas questões defendidas pelo movimento, a entrega às causas ambientais, e o reconhecimento social como “um bom ambientalista”.

Apesar da importância que a literatura dá para a estrutura organizacional para o sucesso dos movimentos sociais (McCARATHY; ZALD, 1977; OLSON, 1999), e de a década de 1990 ter se configurado como um momento em que várias ONGs se estruturaram com recursos oriundos das mais diversas fontes em outras regiões brasileiras e do mundo, como é o caso da chegada das ONGs “multinacionais” como o *WWF* e o *Grenpeace*, observou-se que as ONGs e movimentos ambientalistas de Sergipe não possuíam uma estrutura organizacional e vinculação com entidades e grupos financiadores como pode ser observado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Organização dos movimentos sociais em Sergipe

Nome	Registro	Sede	Número de voluntários	Funcionários	Divisão de setores	Fonte de recursos
ASPAM	Sim	Sim	30	Nenhum	Três setores	Doações e projetos
MOPEC	Sim	Não	30	Nenhum	Três setores	Doação de projetos

Fonte: Felizola e Costa, 2012a.

O Quadro 1 chama atenção para dois pontos, o primeiro diz respeito a inexistência de uma sede própria do MOPEC, diferente do que pode ser observado no caso da ASPAM. O segundo ponto tem a ver com a inexistência de funcionários e uma presença marcante de voluntários. Embora o MOPEC tenha realizado importantes articulações políticas, se inserindo em comitês, conselhos e sindicatos e trabalhado em questões importantes, tais como o fórum em Defesa da Grande Aracaju, Conselho Estadual do Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Membro do Conselho Costa dos Coqueirais, chama atenção a baixa relação desse movimento com a iniciativa privada e com o Estado. A atuação dessa organização foi mais focada na agitação da sociedade civil ficando mais perto das demandas reais da população, na medida em que nesse primeiro momento era claro que a função das organizações não estava como substitutas ou concorrentes das ações do Estado, mas como entidades capazes de criticar os caminhos (in)sustentáveis, dando novas contribuições através de propostas reais para a política governamental e que possibilitariam mudanças sociais para as populações mais humildes. Com efeito, a baixa vinculação com agências financiadoras e mesmo com a estrutura do

alta representação de diplomados, forte presença de categorias intelectuais de universitários ou de pesquisadores.

Estado se configurou como um obstáculo ao avanço de projetos mais “ambiciosos” ligados à área ambiental no Estado (FELIZOLA; COSTA, 2012b).

Outra característica marcante no movimento ambientalista e ONGs em Sergipe é uma constante vinculação das lideranças desses movimentos com partidos políticos (SOUZA, 2012; SEIDL, 2014). Segundo Seidl (2009, 2014), essa relativa singularidade traria consequências na forma de atuação dos líderes desses movimentos, em que a escassez de espaços associativos mais profissionalizados e especializados, tanto de formas de cooptação e recrutamento quanto de possibilidades de realização de carreiras militantes, tenderia a proporcionar uma configuração de militância que entrelaçam inserção associativa e partidária (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Arranjos políticos de algumas instituições ambientais em Sergipe

Nome da instituição	Arranjos políticos
ASPAM	Ligação com o PT
MOPEC	Participação da fundação do PV depois forte ligação com o PT
PENSAR VERDE	Participação fundamental na criação do PV
ÁGUA É VIDA	PT E PV
SOCIEDADE SEMEAR	PT
INSTITUTO ÁRVORE	PT, DEM e PV

Fonte: Felizola e Costa, 2012a.

A articulação entre o MOPEC e outros movimentos ambientais com partidos políticos se insere em vertentes de estudos que conjugam a relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos que, para boa parte da literatura, permite compreender como essas relações de formam e interferem nas organizações, tanto dos movimentos quanto dos partidos (COMBES, 2009). Quando cruzamos dados referentes a atores inseridos na militância política e dedicação à causa ambiental, evidenciam-se as interferências de um tipo de militância sobre a outra. Em sua tese de doutoramento Felizola (2012, p.132) apresenta dois casos singulares e que permitem visualizar essa situação, tratam-se de Reinaldo Nunes, presidente do movimento Pensar Verde e também presidente do PV, e de Genival Nunes (ASPAM), enquanto que no primeiro caso a própria liderança admite que a ação no PV acabou limitando sua participação em ONGs, alegando que “o posicionamento do partido, muitas vezes, acabou ‘falando mais alto’”, no segundo caso, “o combativo ambientalista deu lugar a um executivo de sucesso na área pública”, por vezes deixando de lado seu militância.

Apesar de haver uma tendência de lideranças dos movimentos sociais tentarem acesso à postos eletivos, tal como fez Lisaldo Vieira (MOPEC) que na década de 1990 concorreu para o cargos de vereador na cidade de Aracaju, isso não é uma marca do movimento ambientalista sergipano. Pois, a falta de êxito eleitoral e mesmo profissional na área ambiental fez com que praticamente todos os atores envolvidos em ONGs ambientais no Estado praticassem a militância de forma voluntária, fazendo com que continuassem exercendo as mesmas carreiras profissionais que exerciam antes da atuação nas ONGs (FELIZOLA; COSTA, 2012b) (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Atividades laborais e políticas das lideranças ambientais em Sergipe

Instituição e Liderança	Principais atividades desenvolvidas no período	Atividade atual	Candidaturas políticas
ASPAM Genival Nunes	Assessoria parlamentar, ensino de biologia em instituições privadas e públicas	Secretário de Estado de Meio ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe.	Nunca foi candidato
MOPEC Lisaldo Vieira	Líder Sindical Servidor Federal	Servidor Federal	Candidato a vereador em duas ocasiões
PENSAR VERDE Reinaldo Nunes	Presidente da BrasilPrev	Engenheiro Civil, Presidente do PV em Sergipe, membro da Executiva Nacional e tesoureiro nacional do PV.	Candidato a governador, prefeito e Deputado Estadual
AGUA É VIDA Luis Palmares	Professor Municipal	Professor Municipal	Candidato a vereador
SEMEAR Carlos Brito	Professor Universitário	Diretor presidente da OSCIP	Nunca foi candidato
ARVORE Carlos Eduardo	Estudante e Estagiário	Professor Universitário e bolsista de Mestrado	Candidato ao cargo de Deputado Estadual em 2010

Instituição e Liderança	Principais atividades desenvolvidas no período	Atividade atual	Candidaturas políticas
CICLO URBANO José Waldson	Coordenador Técnico do Planejamento Territorial Participativo do Estado de Sergipe Ciclo 2009-2010, Rede de Juventude pelo Meio ambiente e participou como facilitador das Conferências nacionais infanto-juvenil pelo Meio Ambiente dos anos de 2003, 2006 e 2009.	Diretor de meio ambiente da OSCIP Sociedade Semear	Nunca foi candidato
ADCAR José Firmo	Servidor federal, vice-presidente do sindicato dos técnicos da UFS, prefeito do Campus da UFS entre outros cargos dentro da estrutura organizacional da empresa.	Servidor Federal	Nunca foi candidato

Fonte: Felizola, 2012.

Ao fazer um cruzamento entre atuação profissional e militância ambientalista chama atenção a baixa incidência de atores cujos rendimentos provêm diretamente das ONGs as quais dirigem. Apenas José Wadson, diretor de meio ambiente da sociedade Semear, e também fundador da ONG ciclo urbano, tem todo seu rendimento associado ao terceiro setor.

O Quadro 3, também nos permite observar a posição do ambientalismo frente ao espaço político estadual. Se por um lado, a relação entre movimento e política partidária seja uma tendência (ver Quadro 2), o mesmo não se pode dizer da relação entre movimento e política eleitoral. Ao que parece a política eleitoral e o envolvimento das lideranças do movimento com a mesma soa ainda como uma forma cooptação, ou ainda como desvirtuação dos princípios defendidos pelo movimento. De modo que esse afastamento forçado (já que as tentativas de se eleger aconteceram) acabou servindo de discurso de resistência às pressões do aparelho estatal bem como das empresas de construção civil (grande financiadora

de campanhas e um dos principais desafios do movimento ambientalista estadual) de vários líderes de movimentos ambientalistas do Estado.

Enfim, em termos eletivos, embora alguns ambientalistas tenham usado suas posições institucionais como plataforma de campanha, poucos parlamentares conseguiram êxito, é o caso de Marcelo Deda que, embora de maneira tímida seu discurso fosse de encontro com demandas ambientais nas décadas de 1980 e 1990. Para todo efeito, sua chegada na Assembleia Legislativa e, posteriormente no executivo estadual, trouxe para lideranças ambientalistas um ganho em oportunidades, tanto para a criação de novas demandas em defesas de causas ambientais, quanto no que se refere a oportunidades de lideranças ambientalistas passarem a ocupar postos de comando no aparelho estatal (FELIZOLA; COSTA, 2012b).

Considerações finais

Procurou-se desenvolver aqui uma problemática capaz de discutir a relação entre a conjuntura política e social e implicações no funcionamento de movimentos sociais. Os argumentos foram apresentados no sentido de demonstrar que o movimento ambientalista passou por significativas reconfigurações no decorrer do período do qual tratou o texto, e que em função disso, as lideranças desses movimentos tiveram oportunidades desiguais de acesso à postos de comando na estrutura do Estado após a chegada do PT ao poder no início dos anos 2000. Fator este que nos permitiu refutar a tese de cooptação dos movimentos sociais, e inserir uma nova ideia de correlação entre Estado e movimento, em que a chegada do PT tornaria possível a inserção de lideranças de diferentes movimentos na esfera estatal, sem que necessariamente tivessem que romper com as bases do movimento, tal como sugere a ideia de cooptação. Contrário disso, justamente a posse do capital militante e político é que tornou possível o acesso à determinadas retribuições.

A hipótese colocada no início se confirmou em parte, pois se por um lado as mudanças na estrutura do Estado por meio de alternância de governos trouxeram novas oportunidades para o movimento ambientalista, por outro lado, nem todos os líderes desses movimentos foram contemplados com oportunidades de ocupar postos na administração pública e na burocracia estatal. Isso foi evidenciado na medida em que o trabalho debateu tais situações a partir de dois espaços empíricos semelhantes, mas com perfis de lideranças diferentes: O MOPEC, sob a liderança de Lisaldo Vieira, e a ASPAM, liderada por Genival Nunes.

Em resumo, apesar de Lisaldo Vieira e Genival Nunes se constituírem como os principais nomes do ambientalismo sergipano, os rendimentos destes foram desiguais ao longo dos últimos anos. Enquanto o primeiro não conseguiu mais do que o reconhecimento social como um bom ambientalista, o segundo chegou ao que podemos chamar de mais alta posição burocrática em nível ambiental do Estado – a presidência da Secretaria de Meio Ambiente de Sergipe. Os dados apresentados sugerem que a indicação de Genival Nunes para presidente da secretaria se deve mais as redes transversais construídas ao longo de sua trajetória, sobretudo sua ligação com Marcelo Deda desde a época da faculdade e da militância na extinta ASPAM, sua *expertise* vinculada a posse de diploma de nível superior e seu conhecimento técnico na área, bem como às oportunidades colocadas após a eleição de um amigo de militância como governador do Estado, do que sua militância no movimento ambientalista propriamente dita.

Enquanto esses elementos somados permitiram a entrada de Genival Nunes na presidência da secretária, Lisaldo Vieira, mesmo sendo um dos mais ativos militantes ambientalistas do Estado, sua relação quase sempre tensa com o Estado, os conflitos políticos com empreiteiros ligados à construção civil, bem como sua formação escolar relativamente baixa, dificultaram a chegada aos espaços de poder dentro do Estado. Além disso, há uma nítida diferença entre o militantismo encontrado no MOPEC e o encontrado na ASPAM. Enquanto que no primeiro caso há uma incidência de militantes com baixa escolaridade, no segundo caso a ASPAM desde sua fundação contou com o que podemos chamar de *experts*, que seriam sujeitos com conhecimentos técnicos e, portanto, com notoriedade para falar em nome de uma causa e deliberar sobre pontos fundantes no que se refere às questões ambientais. Em suma, ainda que a passagem por universidades não pareça um elemento fundamental para a ocupação de postos de comando no MOPEC, ela é fundamental para que haja a reconversão dessa passagem através do favorecimento à ocupação de cargos na esfera governamental.

Por fim, as ONGs analisadas no texto (MOPEC e ASPAM) permitiu identificar bem como se comporta o movimento ambientalista em Sergipe. Essas ONGs não possui sede própria e normalmente os encontros são realizados nas casas de membros, ou em lugares públicos, o que permite entender a analogia feita no título do texto de Nascimento (2012) entre parte da música *Meu papagaio* de Chiko Queiroga e Antônio Rogério e o movimento ambientalista sergipano. Em termos práticos, observamos no ambientalismo sergipano um movimento incipiente, com claras dificuldades de funcionamento, e cuja existência depende basicamente da ação e doações dos membros desses movimentos. Apesar disso, o texto procurou mostrar que a lógica das ONGs ambientalistas em Sergipe é bastante própria e esta ligada a um caráter esporádico, no sentido de esses movimentos se reunirem para reivindicar

questões pontuais e, tendo sucesso ou não nessas reivindicações o movimento se dissipava, voltando a se reunir apenas quando surgissem outras demandas.

THE ENVIRONMENTAL PROTECTION MOVEMENT FACED WITH POLITICAL AND SOCIAL RECONFIGURATION IN BRAZIL (1985-2002)

ABSTRACT: *The present article studies the process of affirmation of social movements and seeks to understand the paths taken by the environmentalist movement after the return to democracy, as well as the place that it occupies more recently, with the arrival of the PT on the state and the national political arenas. This approach leads us to a reflection about the relationship between the social and political contexts and its effects on the operations of social movements. The article analyses these questions through the study of two environmentalist groups in Sergipe: the Popular Ecological Movement (MOPEC) and the Association of Environmental Protection of Sergipe (ASPAM). It tries to assess the gains obtained by the leadership of these movements in the timeframe of this work. The methodology used consisted of interviews and surveys, based on a previous mapping of the main agents involved in the environmental movement in Sergipe.*

KEYWORDS: *Social movements. Environmentalism. Dynamic action. MOPEC. ASPAM.*

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, p.49-86, 2009.

ANTUNIASSI, M. H. **Movimento ambientalista em São Paulo**: análise sociológica de um movimento social urbano. São Paulo: Ceru, 1989.

COMBES, H. Pour une sociologie du multi-engagement: réflexion sur les relations partis-mouvements sociaux à partir du cas mexicain. **Sociologie et Sociétés**, Presses de L'Université, Montreal, v.41, n.2, p.161-188, 2009.

DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FELIZOLA, M. P. M. **A trajetória dos movimentos socioambientais em Sergipe: personagens, instituições e estratégias de comunicação**. 2012. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

_____.; COSTA, F. B. O ambientalismo em Sergipe - um percurso histórico dos movimentos ambientais entre 1983-2011. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v.4, n.8, 2012a.

_____. A atuação das ONGs ambientalistas na segunda “fase” do movimento ambiental em Sergipe (1993-1999). **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, v.2, n.1, jul./dez. 2012b.

FRETEL, J. Habiter l’institution. Habitus, apprentissages et langages dans les institutions partisans. In: LAGROYE, J.; OFFERLÉ, M. (Dir.). **Sociologie des institutions**. Paris: Belin, 2011. p.195-218.

GALLET, G. L’expertise, outil de l’activisme environnemental chez Greenpeace France. In: HAMMAN, P.; MÉON, J. M.; VERRIER, B. (Org.). **Discours savants, discours militants: mélange des genres**. Paris: Harmattan, 2002. p.109-128.

GAXIE, D. Économie des partis et retributions du militantisme. **Revue Française de Science Politique**, [S.l.], v.27, n.1, p.123-154, fev. 1977.

GOHN, M. G. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

JACOBI, P. R. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (Org.). **Patrimônio ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003. p.519-543.

LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-1992). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.29, n.4, p.137-153, out./dez. 1995.

McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.82, n.6, p.1212-1241, 1977.

NASCIMENTO, M. S. “Meu papagaio não tem asas não tem bico”: o movimento ambientalista em Sergipe. In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL – UFPI, de 04 a 07 de setembro de 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI, 2012.

OLIVEIRA, W. J. F. Gênese e diferenciação do ambientalismo. In: _____. (Org.). **Engajamento e militância política em Sergipe: Contexto político, engajamento individual e atuação profissional**. São Cristóvão: Edufs, 2014. p.27-64.

_____. Gênese e redefinição do militância ambientalista no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.51, n.3, p.751-777, 2008a.

_____. Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.16, n.30, p.167-186, jun. 2008b.

_____. **Paixão pela natureza**: atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. 2005. 464 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

OLLITRAULT, S. Science et militantisme: les transformations d'un échange circulaire. Le cas de l'écologie française. **Politix**, Paris, n.36, p.141-162, 1996.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

PASSY, F. **L'action altruiste**: contraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux. Genève: Droz, 1998.

PECHÚ, C. "Laissez parler les objets". De l'objet mouvements sociaux aux mouvements sociaux comme objets. In: FAVRE, P.; FILLIEULE, O.; JOBARD, F. (Dir.). **L'atelier du politiste**. Théories, actions, représentations. Paris: La Découverte/PACTE, 2007. p.59-78.

SANTOS, A. V. **A institucionalização do movimento ambientalista**: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SEIDL, E. Espaços de politização e processos de engajamento. In: OLIVEIRA, W. J. F. (Org.). **Engajamento e militância política em Sergipe**: contexto político, engajamento individual e atuação profissional. São Cristóvão: Edufs, 2014. p.89-117.

_____. Disposições a militar e lógicas de investimento militante. **Pro-proposições**, Campinas, v.20, n.2, p.21-39, 2009.

SERGIPE. (Estado). ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente. **Genival Nunes assume pasta da Semarh**. Aracaju: Secretaria de Estado do meio ambiente e dos recursos hídricos, 2010. Disponível em: <<http://www.adema.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=103>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

SIMÉANT, J. Un humanitaire 'apolitique'? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In: LAGROYE, J. (Dir.) **La politisation**. Paris: Belin, 2003. p.163-196.

SOUZA, M. E. S. **Movimento negro em Sergipe e política institucional**: um estudo a partir de carreiras de militantes negros. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

VIEIRA, B. M. **Recrutamento e seleção de elites partidárias em Sergipe**: o caso dos líderes do Partido Verde. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2013.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.3, 1987.

Recebido em 25/01/2016.

Aprovado em 23/05/2016.

